



Bancos ignoram reivindicações econômicas e dizem que só apresentam proposta no dia 25



Assim como aconteceu nas três rodadas de negociações anteriores – sobre emprego, saúde e condições de trabalho, segurança e igualdade de oportunidades –, a Fenaban ignorou as reivindicações econômicas da categoria discutidas na quarta (16) pelo Comando Nacional dos Bancários, coordenado pela Contraf-CUT e integrado pela Federação Centro Norte (Fetec-CUT/CN), apesar dos enormes lucros do sistema financeiro. Anunciou ainda que irá apresentar uma proposta global, envolvendo todos os temas, somente em nova reunião no dia 25 de setembro.

Nas negociações foram debatidas as seguintes reivindicações:

O reajuste de 16%, reivindicado pelos bancários, inclui reposição da inflação mais 5,7% de aumento real. Nos últimos 10 anos (2004 a 2014), a categoria bancária conquistou aumento real de 20,7%. O Comando alertou, durante a negociação com a Fenaban, que não aceitará retrocessos.

Estudos do Dieese apontam que quanto maior o lucro do banco, menor tende a ser o percentual de distribuição na forma de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Os percentuais do Bradesco e do Itaú, por exemplo, foram 6,70% e 5,40%, respectivamente, sobre o lucro líquido de 2014, mas já chegaram a pagar 14% em 1995, quando os bancários começaram a negociar a PLR.

Diante desse quadro desproporcional, a categoria está reivindicando PLR de três salários mais parcela fixa de R\$7.246,82. Na hipótese de prejuízo, os trabalhadores querem a garantia do

pagamento de um salário mínimo do Dieese, referente ao mês de divulgação do balanço.

Os bancos sinalizaram para a manutenção das regras do ano passado com correção, mas ficou de apresentar um pacote global.

Como valorização do trabalho executado pelos bancários, os dirigentes sindicais reivindicaram o pagamento do 14º salário a todos os empregados, inclusive aos afastados e aos que tiveram o contrato de trabalho rescindido. A Fenaban disse não. Argumentou que não há justificativa para mais uma remuneração fixa e que a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) já conta com muitos benefícios.

O Comando Nacional também quer garantir o piso inicial, no setor bancário, de R\$3.299,66. O valor é equivalente ao salário mínimo indicado pelo Dieese, como essencial para a sobrevivência do trabalhador. A minuta da categoria também propõe o salário inicial de R\$4.454,54 para caixas e operadores de atendimento e a criação dos pisos de R\$ 5.609,42 para primeiro comissionado e de R\$ 7.424,24 para primeiro gerente. Mas também não houve propostas por parte dos banqueiros.

Os dirigentes sindicais também defenderam a proposta da categoria de que os trabalhadores, por ocasião das férias, possam requerer que a devolução do adiantamento feito pelo banco seja efetuada em até dez parcelas iguais e sem juros, a partir do mês subsequente ao do crédito. Vários bancos já concedem essa vantagem aos bancários. Os banqueiros ficaram de

discutir entre os bancos, para responder posteriormente.

Outra reivindicação é o aumento no valor dos vales alimentação, refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá para R\$788,00 ao mês, para cada, correspondendo ao valor do salário mínimo nacional vigente. Os banqueiros, mais uma vez, ficaram de responder futuramente às reivindicações.

Os bancários ainda solicitaram que as despesas com ensino médio, graduação e pós-graduação sejam custeadas integralmente pelos bancos. Atualmente, o auxílio educacional é estabelecido conforme critério de cada instituição bancária. Nessa cláusula, não houve consenso entre os bancos e, conseqüentemente, não houve acordo.

O debate sobre os 15 minutos de pausa para mulheres antecedendo a jornada extraordinária também foi realizado na quarta. Foram feitas as explicações do súbito cumprimento da lei, por parte dos bancos, e do que poderia ser feito para modificar este procedimento. Foi combinada uma pausa no debate enquanto o assunto tramita no STF.

“Para fortalecer nosso movimento e evitar possíveis tentativas de confundir a categoria com boatos, as bancárias e bancários do DF devem ficar atentos às informações divulgadas nos meios de comunicação oficiais do Sindicato”, afirma o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**, que representa os trabalhadores de Brasília nas negociações com os bancos.



Caixa descarta contratações; mobilização será intensificada



Exercício de paciência. Assim podem ser resumidas as quatro rodadas de negociações específicas da Campanha Nacional 2015 entre a Caixa Econômica Federal e a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa). Na reunião da sexta-feira (18), realizada em Brasília, a empresa manteve a postura de descaso e negativas a todas as reivindicações dos trabalhadores, com a argumentação de que o momento político e econômico não é favorável.

Contratações

A Caixa descartou qualquer possibilidade de contratação de novos empregados para suprir as necessidades de funcionamento das unidades. Os representantes dos trabalhadores reivindicam que as contratações cheguem ao quantitativo mínimo de 103 mil empregados. No entanto, a Caixa enfatizou que não há sinalização de novas contratações, alegando que o cenário atual do país não favorece essa possibilidade.

Os representantes dos trabalhadores consideraram lamentável a resposta dos interlocutores da Caixa e insistiram na necessidade de novas contratações, justificando que a falta de empregados interfere na dignidade dos trabalhadores, além de ser um desrespeito com os usuários e clientes. Argumentaram ainda

que é uma total falta de sensibilidade do banco, que só perde pessoal e não faz reposição. “A Caixa não vai crescer se retraindo. É preciso ter ousadia diante da conjuntura e não se encolher”, avalia **Wandeir Severo**, diretor do Sindicato e representante da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) na CEE/Caixa.

Sindicato faz protesto no local da negociação

Antes de iniciar a negociação, os representantes do banco foram abordados pelos diretores do Sindicato dos Bancários de Brasília e pelos aprovados no concurso de 2014 que ainda não foram convocados. No entanto, os interlocutores da Caixa se recusaram a atender a comitiva. Em protesto, no início da negociação, a Comissão Executiva entregou camisetas da campanha “Mais empregados para a Caixa, Mais Caixa para o Brasil” aos negociadores da empresa.

“É uma postura de desrespeito da Caixa. A contratação de mais empregados é uma questão não só para os trabalhadores que sofrem com a sobrecarga nas unidades, mas também para os milhares de aprovados que esperam ser chamados e a população como um todo, que merece um atendimento de qualidade”, destaca Genésio

Cardoso, coordenador interino da CEE/Caixa.

Os representantes dos trabalhadores lembraram que a empresa está autorizada pelos órgãos controladores a ter um quadro de 103 mil trabalhadores, mas que atualmente conta com menos de 98 mil.

Jornada de trabalho

O fim do banco de horas e do Indicador de Horas Extras (IHE) foi negado pela Caixa, com as justificativas de que o banco de horas é um instrumento benéfico, que contempla situações de ausências necessárias, e o IHE contribui para reduzir horas extras. “Ou seja, a Caixa quer que tenhamos metas até de horas trabalhadas. Nega haver dotação para pagar as horas extras, mas quer que os empregados as façam sem receber por isso”, critica **Wandeir Severo**.

A Caixa não vai criar o Abono Pré-Natal para ser utilizado nos casos não cobertos pelo artigo 392 da CLT (que garante 6 consultas), conforme reivindicação dos trabalhadores. O argumento do banco é de que não há limites para consultas.

Saúde Caixa

A reivindicação sobre a utilização do resultado anual com o devido aporte da parte da Caixa (70%), para melhorias no plano, com base em parecer de assessoria técnica contratada, foi des-

cartada pelos negociadores da Caixa, com a alegação de que é complexo alterar a cláusula.

Sobre a contratação de assessoria especializada para acompanhar a gestão do Saúde Caixa nas Gipes e Gesap, a Caixa disse que o plano não comporta nenhum custo operacional dessa natureza. “Portanto, não há previsão para contratação neste momento”, asseguraram.

A garantia do Saúde Caixa na aposentadoria para todos, inclusive os que saíram pelo PADV, em caráter de urgência, retornou à mesa de negociação, no entanto, o banco reafirmou a inviabilidade de estender o benefício.

Condições de funcionamento das agências

O banco se recusou a assegurar que a abertura de novas unidades não ocasione a diminuição do número de funcionários lotados nas unidades que já existem. Também negou o redimensionamento das Reret com, no mínimo, dois tesoureiros (dois turnos de 6 horas), um supervisor e um TBN por unidade.

A reivindicação de reposição de todos os aposentados também foi descartada pelo banco.

Carreira

A Caixa disse que não há nenhuma decisão com relação à va-

lorização da TI, reivindicação antiga dos trabalhadores. “Chega-se ao limite do menosprezo. Se não mostrarmos a nossa força, a empresa não irá nos valorizar”, observa Wandeir Severo, que também é empregado da Caixa.

Os representantes dos trabalhadores reivindicaram mais transparências nos processos seletivos internos. Uma das propostas é a criação de um Comitê de Acompanhamento do Processo de Seleção Interna por Competência (PSIC) e do banco de habi-

litados e oportunidades e banco de sucessores, com participação dos empregados.

A Caixa recusou a reivindicação, alegando que já existem ferramentas que garantem o acompanhamento dos processos. Questionada sobre o PSIC para formação de banco de habilitados, suspenso em 31 de agosto por recomendação do Ministério Público do Trabalho após denúncias de irregularidades, o banco informou que ainda não há posicionamento sobre a rea-

lização de novas provas e que o assunto está sendo discutido internamente.

É hora de mobilização

Diante da intransigência da Caixa em todas as negociações realizadas até agora, a CEE/Caixa convoca a categoria a intensificar a mobilização em todo o país. “Mais uma vez ficou provada a importância da campanha unificada. Se negociássemos somente com a Caixa sem a mesa única, dificilmente conseguiríamos alguma

conquista. É hora de juntar forças com os bancários dos demais bancos e mostrar aos banqueiros que merecemos respeito e valorização”, conclui Wandeir Severo.

Após quatro rodadas de negociações específicas sem que nada tenha sido apresentado, a CEE/Caixa pressionou, mais uma vez, a empresa a dar respostas para as pendências e apresentar propostas concretas. Em resposta, a Caixa disse que está avaliando e que deverá se manifestar nos próximos dias.

Intransigência da Caixa marca ato do Sindicato por mais contratações



Mobilizados por mais contratações, diretores do Sindicato e aprovados no concurso de 2014 da Caixa promoveram ato na sexta (18) em frente ao local onde ocorreu a quarta rodada de negociação específica entre a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) e representantes da empresa, para tratar, entre outros temas, sobre contratações. O objetivo foi pressionar pela convocação de todos os aprovados.

Durante a manifestação, que contou com

a presença de membros da CEE/Caixa, a diretoria do Sindicato fez contato com os negociadores da empresa, que se recusaram, de pronto, a receber uma comitiva dos aprovados.

A falta de abertura para o diálogo com os concursados demonstra a intransigência da Caixa quanto a um tema extremamente relevante, sendo ainda mais necessário que os aprovados se juntem aos bancários na Campanha Nacional na luta pelo aumento da dotação e pela melhoria das condições de trabalho.

Para o secretário de Finanças do Sindicato,

Wandeir Severo, que também é empregado da Caixa, a luta pela convocação dos aprovados será agora ainda mais forte. “A nossa obrigação como representantes da categoria é lutar até o fim das negociações, tanto pela contratação dos aprovados no certame de 2014 quanto pelas outras reivindicações dos empregados da Caixa”, afirma.

Descumprimento de acordo

Contrariando cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2014/2015 que previa a contratação de mais 2 mil empregados até dezembro de 2015, a Caixa reduziu consideravelmente o número do quadro de pessoal, precarizando o atendimento e as condições de trabalho.

Mesmo com a autorização do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) para a Caixa atingir, até o final deste ano, o contingente de 103 mil empregados, a realidade tem sido outra. Em 2014, a empresa contava com 101 mil empregados, porém, com a implantação do Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA), foi registrada a saída de mais de 3 mil trabalhadores, fechando o quadro funcional em 97.975 providos em 30 de junho deste ano.

“A mobilização é importante para que possamos cobrar e responsabilizar a Caixa pela atual situação de angústia que vivem alguns colegas das agências em relação à dificuldade de trabalhar devido ao pequeno número de pessoas. Além disso, vamos exigir que a empresa cumpra o acordado e autorizado pelo departamento competente”, ressalta o diretor da Federação Centro Norte (Fetec-CUT/CN), **Enilson da Silva**, que também é empregado da Caixa.

Funcionalismo cobra do BB melhoria no PCR, ascensão e substituição



Terminou sem avanços a quinta rodada das negociações específicas entre os representantes do funcionalismo e a direção do Banco do Brasil, realizada nesta sexta-feira (18) dentro da Campanha Nacional 2015, para tratar de remuneração, um tema considerado caro ao conjunto dos trabalhadores.

“Apresentamos e defendemos propostas referentes à melhoria do piso, plano de carreira e funções, cumprimento da jornada de 6 horas, melhoria nos processos seletivos e outras reivindicações de nossa minuta”, enumerou o diretor do Sindicato e representante da Fetec-CUT/CN na Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, **Rafael Zanon**, que participou da reunião em São Paulo.

Cobrado pela representação do funcionalismo acerca das mesas anteriores, o BB se comprometeu a trazer as respostas referentes às rodadas realizadas até agora na próxima reunião, provavelmente na próxima sexta-feira (25), para quando está marcada nova negociação com a Fenaban para tratar de pontos como índice de reajuste, Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e outros itens remuneratórios da pauta geral de reivindicações dos bancários.

Em relação aos exames periódicos realizados em cidades diferentes da lotação do funcionário, já está previsto o abono das horas utilizadas. As entidades sindicais sugeriram clausular o procedimento no acordo coletivo e enfatizaram a necessidade de abono das consultas médicas.

O BB concordou em apresentar os resultados do PCMSO para a Comissão de Empresa dos Funcionários.

Sobre os funcionários já aposentados pelo INSS, quando gozando de licença-saúde, o BB complementa a diferença entre o salário e o benefício recebido por até 730 dias. Sobre a complementação das licenças concedidas pelo INSS, o BB afirmou que está em contato com o INSS na tentativa de firmar convênio para aprimorar os procedimentos e, assim, evitar os problemas observados atualmente.

Entre as reivindicações para o PCR, as entidades sindicais querem o reajuste sobre o piso salarial com base no salário mínimo do Dieese (R\$ 3.299,66) e o aumento dos percentuais de interstícios entre os níveis de 3% para 6% a cada três anos.

Além disso, os bancários defendem a ampliação da pontuação e da abrangência, também para escriturários, referente à carreira de mérito, e o aumento da gratificação de caixa e efetivação de todos os escriturários em regime de substituição há mais de 90 dias, revisando também a dotação dos PSOs.

O BB disse que está analisando esses itens.

Pagamento das substituições

A Comissão de Empresa levou ao BB a reclamação de que funcionários, como é o caso dos assistentes de agências, que realizam o trabalho próprio de outras funções, não estão recebendo por isso. Pressionado pelos trabalhadores, que reivindicaram o pagamento das substituições, o BB afirmou estar analisando a proposta e alegou que vem regularizando a situação nos últimos anos.

As entidades solicitaram a abertura de negociação sobre o trabalho no fim de semana em dependências não envolvidas no processo de automação. Com o fim do banco de horas, não existe regra em acordo coletivo estipulada para esses casos. Os sindicatos reivindicam a regulamentação do tema.

A Comissão de Empresa reivindicou o aumento nos valores dos adicionais de função e valores de referência, além de mecanismos de incorporação das comissões no salário.

Foi cobrada a melhoria do plano de funções e a negociação com as entidades de alterações na estrutura dos cargos. Outra questão é que não seja feita nenhuma alteração sobre a jornada de trabalho sem negociação com os funcionários.

Foi reiterado o pedido de uma negociação sobre assistentes dos segmentos Estilo e Private e a criação do cargo de pregoeiro, além de uma negociação sobre os funcionários de cargos de nível superior, cuja carreira está

ameaçada por uma ação do Ministério Público contra o banco.

Melhoria nos processos seletivos

Os trabalhadores também reivindicaram a melhoria nos processos de seleção interna. Mesmo com os avanços conquistados nos últimos dois anos, como a restrição à nomeação fora dos 20 primeiros colocados no sistema de talentos do banco (TAO), os bancários entendem que as seleções ainda são marcadas por muita subjetividade, falta de transparência, ausência de clareza nos critérios, clientelismo e falta de informação nos comissionamentos. Assim, reivindicaram que os modelos mais justos e transparentes, que são adotados em processos seletivos como o Progrid (Ditec), Audit e Dijur, devem ser ampliados para o restante da empresa.

Outra cobrança foi quanto ao registro da seleção em que o funcionário esteja participando e também a obrigatoriedade de *feedbacks* em todos os processos seletivos.

O BB reconhece a importância desse debate e concorda em discutir a melhoria dos processos.

O sistema de remoção automática não está funcionando e os sindicatos reivindicaram a regularização do processo, independente de excessos localizados ou reestruturações.

Os sindicatos alertaram para o BB que é necessária uma mudança de postura da empresa no Judiciário com relação ao tema, pois isso está colocando em risco os atuais trabalhadores dessas áreas.

O BB disse que não há iniciativa da empresa nesse sentido e fará reunião com a comissão de empresa para tratar do tema se houver alguma sinalização da direção do banco sobre a questão. Os bancários reivindicaram 6 horas para todos, sem redução de remuneração.

Os representantes dos funcionários novamente reivindicaram a reposição dos funcionários que saíram no plano de aposentadoria.

Os bancários cobraram do BB a nomeação dos caixas executivos que vêm exercendo a função de forma consecutiva em várias agências e plataformas do PSO.

Outra reivindicação feita é a de que todo o funcionário que abrir terminal de caixa recebe a gratificação de caixa na folha de pagamento.

Vários gerentes de serviço do PSO e de agências, além de outros funcionários, estão sempre ajudando nos serviços de caixas, mas sem ganhar a gratificação, assumindo riscos de diferença no caixa.

BB aceita suspender retaliações e negociar acordo sobre 15' para as mulheres



O Banco do Brasil aceitou na terça (15), em discussão específica sobre o tema com a Contraf-CUT, assessorada pela Comissão de Empresa dos Funcionários e integrada pela Federação Centro Norte (Fetec-CUT/CN), suspender as medidas retaliatórias que adotou em janeiro e abrir negociação para encontrar uma solução definitiva para a questão dos 15 minutos de intervalo das mulheres bancárias que fazem horas extras.

A reunião para discutir exclusivamente esse tema foi agendada na sexta (11), durante as negociações específicas da Campanha Nacional 2015. Também participaram do encontro os Sindicatos de Brasília e Pará.

As entidades sindicais solicitaram que houvesse negociação para resolução do tema com a construção de cláusula no acordo coletivo que visasse o cumprimento da lei sem prejuízo para as mulheres bancárias e com discussão do pagamento do passivo. O BB concordou em debater a questão na mesa da Fenaban e na negociação específica.

Com a aceitação por parte do BB de abertura do processo negocial, o Sindicato dos Bancários de Brasília propôs, mediante compromisso do BB em reverter a medida retaliatória imposta às mulheres, discutir com as bancá-

rias sobre a possibilidade de suspensão por um prazo de 90 dias do processo judicial movido pela entidade. A proposta foi aceita pelas funcionárias em plenária realizada na sede do Sindicato na noite de terça, 15.

Assim, após a conclusão dos procedimentos jurídicos que serão encaminhados aos tribunais pelo BB e pelos sindicatos, a Diretoria de Gestão de Pessoas informou que reverterá as medidas retaliatórias que persistem em apenas três estados.

Para entender o caso

O intervalo de 15 minutos de descanso para as mulheres antes da realização das horas extras é um direito previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde 1943.

Mas o que era para ser um benefício se tornou um instrumento de punição nas mãos do BB e um transtorno na vida das trabalhadoras, que criticam a medida porque, por imposição, acabam ficando mais 15 minutos no local de trabalho sem receber por isso, o que também funciona como um instrumento de discriminação. No último dia 9, a Caixa também impôs o intervalo de 15 minutos às empregadas.

Decisão do STF

Com o descumprimento da lei por parte das empresas, di-

versas mulheres ingressaram com ações individuais na Justiça, cobrando o pagamento do descanso não usufruído. Os processos foram parar no Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 2014, julgou constitucional a lei que concede o intervalo de descanso às mulheres.

Ao julgar ação de uma rede de supermercados de Santa Catarina, o STF decidiu em caráter de repercussão geral (quando o entendimento deve ser adotado em todas as instâncias da Justiça) que o artigo é constitucional e deve ser respeitado.

Após a decisão do STF, dezenas de sindicatos do Brasil ingressaram com ações coletivas cobrando o pagamento dos 15 minutos.

Em janeiro de 2015, alegando respeitar a decisão do Supremo, a direção do BB instituiu, unilateralmente, norma que ampliou a jornada de trabalho das mulheres em 15 minutos, quando estas realizassem horas extras ou compensassem horas negativas.

Contrário à medida, o Sindicato de Brasília realizou plenária sobre o tema, onde foi discutida e aprovada uma estratégia de luta. Outra plenária realizada na terça (15) autorizou a continuidade das negociações com o BB visando a busca de um acordo definitivo sobre o tema.

Julgamento cancelado

Em agosto deste ano, o STF anulou a decisão sobre o tema observando erro procedimental em um dos momentos do julgamento. Assim, o STF irá realizar novo julgamento sobre a constitucionalidade dessa lei, ainda sem data marcada.

Agora em setembro, em mais uma atitude unilateral, o BB alterou a norma interna sobre o tema, mantendo a punição e desconto somente das bancárias de unidades da Federação onde haviam sido concedidas liminares judiciais sobre o tema, caso de Brasília.

Para pressionar o banco, o Sindicato de Brasília realizou um ato no dia 9 de setembro em frente ao edifício sede do BB (Green Towers), no Setor de Autarquia Norte (SAN). Os bancários paralisaram por duas horas – das 7h às 9h – uma das principais dependências da empresa em apoio às bancárias, contra o assédio moral institucionalizado praticado pelo banco.

Além disso, cobrou em mesa de negociação geral da última sexta, que o BB revertisse a retaliação às funcionárias de Brasília, e efetivasse o pagamento dos 15 minutos trabalhados gratuitamente. O BB concordou em realizar mesa específica sobre a questão, realizada nesta terça 15.

Negociações com o BRB não avançam



Após três rodadas de negociação, sendo que a última ocorreu na quinta-feira (17), as discussões com o BRB não evoluem, em um cenário muito parecido com o que ocorre nas negociações com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

Além de propor a retirada de cláusulas do acordo que, segundo o banco, já estão contempladas na legislação, nada de novo foi proposto diante das reivindicações apresentadas.

Na quinta-feira (17), o BRB apresentou a seguintes respostas às reivindicações apresentadas:

Isenção de tarifas

O BRB não concorda e propõe a manutenção do que já existe, taxa de 3,2% no cheque especial, 11 saques e sete transferências. O banco afirmou que na próxima reunião veria a possibilidade de apresentar avanços neste item.

Criação de função comissionada de articulador de desenvolvimento sustentável

O banco discorda.

Equiparação da função de gerente de equipe da DG com a de gerente de núcleo

Os representantes do banco afirmam considerar justa a reivindicação de melhorar a remuneração dos gerentes de equipe, porém disseram que esta discussão seria feita em outro momento, não agora.

Rediscussão da função comissionada de gerentes de negócios

O BRB afirmou estar em estudo a rediscussão da classificação desta função comissionada,

da, e concorda em estabelecer um prazo limite para a conclusão do estudo e implantação de uma nova classificação. O Sindicato cobrou a formação de uma comissão paritária, com a participação de gerentes de negócio indicados por ele, para as discussões. O banco ainda não deu resposta sobre a reivindicação.

Nas negociações anteriores, o BRB havia se posicionado sobre as seguintes reivindicações:

Insalubridade para os funcionários lotados em PA's instalados dentro de hospitais

O banco entende que não há necessidade, segundo ele, embasado em estudos e nega.

Melhoria no mobiliário e leitoras eletrônicas

O BRB disse que possui um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) firmado com o Ministério Público do Trabalho, que visa melhorias na ergonomia do banco como um todo, porém não apresentou data definitiva para a substituição de mobiliário, em especial do autoatendimento, o mais urgente, segundo o banco. Quanto às leitoras dos caixas e os "pins", ficou de apresentar data de substituição nas próximas reuniões.

Ressarcimento integral com medicação para doenças crônicas

Os representantes do banco negaram e afirmaram ser necessária uma coparticipação dos funcionários, para que estes se "empenhem mais no tratamento".

Lotação de lesionados e doentes crônicos próximos à residência

O banco afirmou ser esta a política adotada, e se comprometeu a melhorar a redação da cláusula para clarificar esta postura.

Cumprimento da pausa de 10 minutos para os caixas e ginástica laboral

O BRB afirmou que orientação é para cumprimento e, juntamente com o Sindicato, se comprometeu a formatar uma medida que assegure o efetivo cumprimento, em especial por parte dos gestores, além de intensificar medidas de conscientização para a pausa e ginástica.

Segurança bancária

Os interlocutores do BRB afirmaram que há um monitoramento online, especialmente das agências consideradas de maior vulnerabilidade, principalmente na abertura e fechamento, horários mais propensos a assaltos. Quanto aos biombos nos caixas, o banco garantiu que está em processo de instalação, tendo sido instalados em 30 agências até o momento.

Sobre o roubo de equipamentos remotos, tais como notebooks e tablets, o banco concorda em não cobrar o ressarcimento do funcionário vítima de roubo ou furto devidamente comprovado através de boletim de ocorrência.

Por fim, sobre agências onde ocorram assaltos, o BRB disse que o fechamento da unidade no dia do ocorrido depende de avaliação caso a caso. O Sindicato insistiu na necessidade de fechamento da unidade no dia do sinistro, reivindicação que o banco ficou de avaliar.

O banco afirmou ainda que presta assistência médica e psicológica aos funcionários vítimas e que dá assistência jurídica até 12 meses após o ocorrido, ao que o Sindicato reivindicou que esta assistência deve ser enquanto durar eventual processo em que funcionário é arrolado, decorrente do assalto.

"Como se vê, com pouquíssimas reivindicações atendidas, e a maioria negada, se pode antever dificuldades no fechamento de nossa Campanha Nacional 2015. O banco parece não ter atentado para a necessidade de estímulo aos funcionários, para tê-los como aliados neste momento de dificuldades", comenta o diretor do Sindicato **Antonio Eustáquio**, que também é bancário do BRB.

"O banco não demonstra sensibilidade nem diante de medidas com impacto mínimo, tal como a isenção total de tarifas, medida já em uso em diversas outras instituições. O que esperar de uma proposta econômica decente com este comportamento?", questiona o também diretor do Sindicato e bancário do BRB **Cristiano Severo**.

Nova negociação deve ocorrer até o final desta semana, lembrando que a Fenaban ficou de apresentar uma proposta global, incluindo itens econômicos, na sexta-feira (25).

Sindicato convoca bancários da Ceilândia para fortalecer a Campanha 2015



Dando continuidade aos atos de mobilização das bancárias e bancários para a Campanha Nacional 2015, o Sindicato Itinerante esteve em Ceilândia nesta quarta-feira (16). A atividade teve início ainda pela manhã, logo após a abertura das agências.

Em visita aos locais de trabalho da região administrativa, os diretores do Sindicato convidaram bancárias e bancários para participarem do ato, que se concentrou no centro da cidade, ao lado do Restaurante Comunitário e do posto policial.

No espaço montado para o Sindicato Itinerante, por volta das 17h, bancárias e bancários obtiveram mais informações sobre as reivindi-

cações da categoria que estão sendo negociadas com os bancos. O atendimento jurídico na área trabalhista esteve à disposição dos bancários de Ceilândia até as 19h.

“É fundamental deslocar os atendimentos do Sindicato para as regiões administrativas, não apenas para que os trabalhadores de todas as localidades usem os serviços oferecidos pela entidade, mas para que a população tenha conhecimento sobre a nossa Campanha Nacional”, ressaltou o secretário de Formação do Sindicato, **Antonio Abdan**, que também é empregado da Caixa.

Luta com arte

A banda brasileira Down Jones animou o

público com o show repleto de clássicos do rock nacional e internacional.

A Patrulha da rádio Jovem Pan também esteve no local para entrevistar os diretores do Sindicato e atualizar os bancários sobre as negociações com a Fenaban, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BRB.

Na ocasião, a emissora de rádio ainda veiculou texto explicando que as reivindicações da categoria também visam melhorar o atendimento aos clientes e usuários do sistema financeiro, uma vez que os trabalhadores cobram a contratação de mais bancários e a ampliação do horário de atendimento das agências (criação de dois turnos de trabalho).

Decreto de Rollemberg assusta funcionários do BRB

Diante da inação de um governo que até hoje, nove meses após a posse, não sabe a que veio, na semana passada o GDF editou um decreto agredindo sobremaneira a população e os trabalhadores do Distrito Federal. O decreto em questão traz em seu bojo aumento de passagens de ônibus, metrô e BRT e até dos restaurantes comunitários, em índices que chegam a 200%. Este mesmo decreto atinge trabalhadores, adiando reajustes aprovados em lei pela Câmara Legislativa; e atinge empresas públicas que dependem de recursos do tesouro local, caso do Metrô.

O BRB, que tem seu próprio orçamento, gera seus recursos e lucro, embora bem abaixo de seu potencial, não é atingido pelo tenebroso decreto. Portanto, a pergunta que se faz é: por que este famigerado decreto foi enviado

aos funcionários do BRB? Será uma tentativa de intimidá-los, fazendo-os arrefecer na luta em busca de uma Campanha Nacional vitoriosa?

Caso seja isto, se trata de mais uma iniciativa estapafúrdia da diretoria do BRB que, a exemplo do governo, parece não ter clareza do caminho a seguir, e se vale de expedientes esdrúxulos como este para criar um clima de tensão dentro do banco, neste momento tão delicado, e em plena Campanha Nacional, que poderia ser a redenção desta diretoria, porém pode acabar sendo sua perdição.

“O Sindicato vai fazer de conta que esta estupidéz nem aconteceu, pois atitudes como esta são tão deploráveis que nem merecem comentários. Vamos à luta, a culpa pelos resultados que não vêm é da alta administração, pois os funcionários bateram as metas, e certamente baterão

a principal deste semestre: alcançar uma campanha digna, preservando avanços e ganhos reais”, ressaltou o diretor do Sindicato **Ronaldo Lustosa**, que também é bancário do BRB.

Protesto quinta (24), às 10h, no Buriti

Na quinta (24), haverá paralisação dos servidores do DF, com ato às 10h, em frente ao Palácio do Buriti, para protestar contra estas medidas tomadas pelo governo Rollemberg. O Sindicato convoca os funcionários do BRB que puderem comparecer ao ato, para que o façam como forma de se solidarizar com os companheiros de diversas categorias que estão sendo duramente atingidos pelas medidas.



Festa dos Bancários reúne mais de 15 mil trabalhadores no Estádio Nacional

Com música boa e gente animada, a tradicional Festa dos Bancários levou mais de 15 mil pessoas ao Estádio Nacional Mané Garrincha no sábado (19). Este ano, além de comemorar o Dia do Bancário, celebrado em 28 de agosto, os convidados festejaram os 55 anos de lutas e história do Sindicato dos Bancários de Brasília.

Logo no início da festa, bancárias, bancários e seus convidados foram embalados pelas pick-ups do dj Tadeu Miura. Com clássicos do reggae e do rock nacional e in-

ternacional, o público se aqueceu para os shows das bandas Falamansa e Biquini Cavado.

"Essa é a categoria que ajuda a construir toda a riqueza do sistema financeiro e, portanto, merece festejar o Dia do Bancário de maneira grandiosa. É uma satisfação para a diretoria do Sindicato proporcionar esses momentos de descontração, até mesmo para recarregar as energias e fortalecer nossa mobilização para a Campanha", afir-

mou o secretário Social e Cultural do Sindicato, **Sandro Oliveira**.

"Festejamos hoje o Dia do Bancário e os 55 anos do Sindicato, mas, logo em seguida, virão outras comemorações sobre essa data. Estamos no meio da Campanha Nacional e é importante termos energia para, nos próximos dias, mostrar nossa mobilização aos patrões", ressal-



tou o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**

Corrida de rua: Sindicato firma convênio para incentivar prática do esporte

Modalidade esportiva que conquista cada vez mais adeptos no Brasil, a corrida de rua também se destaca no Distrito Federal. Acompanhando o crescente interesse de bancárias e bancários pelo esporte, o Sindicato firmou convênio com o Clube Mais KM, que prepara os corredores.

"A corrida de rua é boa para todos, independentemente de estatura, idade, sexo ou atividade profissional. Além de ajudar a perder uns quilinhos, a corrida ajuda a diminuir o estresse. Chega de desculpas. Saia do sofá e corra atrás da sua saúde", convida o secretário de Imprensa do Sindicato, **José Garcia Rocha**.

Treinamentos funcionais

Com a parceria, bancários sindicalizados terão direito a um desconto de 20% nos treinamentos funcionais, que são realizados no Taguaparque (segundas e quartas-feiras, às 18h, 19h ou 20h) e no Parque da Cidade (terças e quintas-feiras, às 18h). Aos sábados, os treinos acontecem em diferentes parques.

Segundo o treinador e coordenador do Clube, Ricardo Fabrício, os exercícios irão trabalhar

movimentos específicos exigidos na corrida. "Cada treino tem uma intensidade diferente. Mas, basicamente, ajudam a prevenir lesões, melhorar a capacidade cardiovascular, a força, a flexibilidade, o equilíbrio e a agilidade."

Paixão pela corrida

Foi com o auxílio da corrida que Werlerson Souza, gerente regional do Santander, melhorou sua qualidade de vida. A preocupação com a saúde colocou o bancário nas pistas em 2011. De lá pra cá, não parou mais. "A corrida é apaixonante. É um momento só meu. Ótimo para refletir, ouvir música e aliviar da tensão do dia a dia. Para praticá-la, é preciso apenas força de vontade, treino e disciplina."

Para os colegas bancários que querem praticar o esporte, Werlerson dá algumas dicas. "Além dos exames cardiológicos, é bom procurar a orientação do nutricionista. Aproveitem este convênio para iniciarem a prática, um eficiente antídoto contra o estresse. Uma oportunidade para quem quer sair do sedentarismo e melhorar a interação coletiva."

Serviço - Clube Mais KM - (61) 8152-8814

CUT mobiliza militância para audiência contra PL da escravidão

No dia 25 de setembro, às 10h, a militância CUTista e os trabalhadores em geral irão à Câmara Legislativa do DF para participar da audiência pública que vai tratar do PLC 30. Este projeto de lei, que na Câmara tinha o nome de PL 4330, está em tramitação no Senado e quer legalizar a subcontratação indiscriminada, terceirizando inclusive a atividade-fim (atividade principal) dos setores de trabalho, com a precarização generalizada do trabalho.

Leia a matéria completa em bancariosdf.com.br.